



Aprovado pelo Senado, fim do foro privilegiado vai à Câmara



Senadores debatem a PEC do foro especial em Plenário: proposta foi aprovada por unanimidade, com 70 votos favoráveis

Parlamentares, ministros, procuradores, comandantes militares e juízes, entre outras autoridades, passarão a ser julgados pela Justiça comum, determina proposta

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, a proposta de emenda à Constituição que extingue o foro especial por prerrogativa de função em casos de crimes comuns. A proposta, de Alvaro Dias, determina que autoridades e agentes públicos hoje beneficiados pelo foro privilegiado — um número

estimado em 54 mil pessoas — passarão a responder a processos iniciados na Justiça comum. As exceções são o presidente da República e o vice, o presidente do Supremo Tribunal Federal e os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

O texto segue para a Câmara, onde será submetido a dois turnos de votação. **3**

PMs e bombeiros do DF ganham nova regra de promoção **7**

Norma para regularização de terras vai a sanção **6**

Indicado para Instituição Fiscal passa em sabatina **7**

Avança criação de polícias para escolta de presos **5**

Canil pode ser proibido de sacrificar cães e gatos **8**

Eleição direta quando vagar Presidência vai ao Plenário

A PEC apresentada por Reguffe, que permite realizar eleição direta para presidente e vice-presidente da República quando os cargos vagarem nos três primeiros

anos do mandato presidencial, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Houve debate intenso e o relator, Lindbergh Farias, desistiu de substitutivo. **5**



Na reunião com Anastasia (D), Ferrazo defende o princípio da anualidade



Fátima Bezerra (C) ouve dirigentes de instituições federais de ensino superior

Dificuldade financeira ameaça universidades, dizem reitores

Se continuarem os cortes, a demora nos repasses e a execução insuficiente do orçamento para as universidades e institutos federais, os prejuízos podem levar à

extinção de vagas, cursos e até de campi em 2018. O alerta foi feito por reitores que participaram de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional. **8**

HÁ 30 ANOS



Em 1º de junho de 1987, saiu o número 1 do *Jornal da Constituinte*, com 100 mil exemplares. Editada semanalmente pelo Senado e pela Câmara até outubro de 1988, a publicação pode ser considerada inspiração para o *Jornal do Senado*, que começou em 4 de maio de 1995.

Comissão conhecerá fazenda no PA onde houve chacina

A Comissão de Direitos Humanos decidiu ontem que fará uma viagem ao Pará para conhecer a fazenda onde dez trabalhadores rurais foram mortos por policiais no final de maio. Além disso, o colegiado fará uma audiência pública a respeito da chacina. O objetivo dos senadores é evitar que o crime fique impune. As datas da viagem e da audiência ainda serão marcadas. **4**



Paim e Regina na reunião em que a comissão decidiu vistoriar fazenda no Pará

Permissão para desconto à vista segue para sanção

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que permite que comerciantes cobrem dos clientes preços distintos para pagamentos em dinheiro e em cartão de crédito ou débito. Como houve alterações durante a análise pelo Congresso, o texto segue para a sanção presidencial. **3**

Programa Seguro-Emprego é prorrogado

A medida provisória que prorroga o prazo de adesão ao Programa Seguro-Emprego até dezembro de 2017 foi aprovada ontem pelo Plenário. Ela também permite a empresas em dificuldades financeiras reduzir em até 30% os salários e a jornada de trabalho e autoriza algumas contratações especiais. **3**

Aberto prazo para envio de redações do Jovem Senador

A partir de hoje estudantes do ensino médio de escolas públicas podem encaminhar texto sobre intolerância para a secretaria de Educação do estado. Ganhadores vivenciarão trabalho dos senadores



O PRAZO PARA envio das redações dos estudantes que vão concorrer a uma das vagas do Projeto Jovem Senador 2017 começa hoje e vai até 18 de agosto. O tema deste ano é “Brasil plural: para falar de intolerância”. Serão selecionadas 27 redações, uma por estado. Os autores dos textos escolhidos vivenciarão por uma semana o trabalho dos senadores em Brasília, participando de reuniões de comissão e de sessões no Plenário e apresentando sugestões que podem ser transformadas em projetos de lei.

A redação e a ficha de inscrição devem ser enviadas pelas escolas à secretaria de Educação do estado. A secretaria vai escolher três redações, que serão enviadas ao Senado. Uma comissão julgadora da Casa selecionará o texto vencedor de cada estado.

No ano passado, estudantes de 1.654 escolas públicas de todo o país participaram do concurso, mobilizando mais



Plenário do Senado na sessão especial de posse dos Jovens Senadores em 2016

de 280 mil alunos e 6 mil professores.

Conteúdo

O site do Jovem Senador oferece sugestões para a redação e conteúdo para os professores orientadores dos alunos. Além disso, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) oferece aos professores uma série de cur-

sos que podem ser acessados pela plataforma Saberes.

O programa é um projeto da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Secretaria-Geral da Mesa e Consultorias, com apoio da Diretoria-Geral. Conta também com o apoio de 54 coordenadores nos estados que auxiliam na divulgação do concurso.

Serviço

Projeto Jovem Senador	www.senado.leg.br/jovemsenador
E-mail	jovemsenador@senado.leg.br
Vídeos	www12.senado.leg.br/jovemsenador/centralvideos
Cursos on-line	saberes.senado.leg.br
Alô Senado	0800 612211
WhatsApp	(61) 99187-2248
Telefones	(61) 3303-2995 e 3303-5960

Comissões mistas de MPs aprovam plano de trabalho

Duas comissões mistas que analisam medidas provisórias aprovaram ontem os seus planos de trabalho.

A primeira analisa a MP 772/2017, que eleva de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil o valor máximo de multa que pode ser aplicada a empresas de processamento de produtos de origem animal que infringirem a legislação sanitária.

O relator, Eduardo Amorim

(PSDB-SE), propôs a realização, na terça-feira, de audiência sobre o tema com representantes do Ministério da Agricultura, da Associação Brasileira de Proteína Animal, dos auditores fiscais agropecuários, das cooperativas de laticínios, dos agricultores familiares, dos frigoríficos e da Anvisa.

A outra comissão avalia a MP 774/2017, que acaba com a desoneração da folha de

pagamento para empresas de tecnologia da informação, teletendimento, setor hoteleiro, comércio varejista e alguns segmentos industriais, como de vestuário e automóveis.

O plano de trabalho foi apresentado pelo relator, Airtton Sandoval (PMDB-SP), e também prevê uma audiência sobre a medida na terça-feira. A discussão e votação do relatório será na quarta.

Vetada nova tributação para agência dos Correios

O presidente Michel Temer vetou na íntegra o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/2016, que torna mais clara a relação tributária das operações das agências franqueadas dos Correios. A proposição define as atividades das franqueadas como auxiliares ao serviço postal, estipulando a tributação de acordo com o percentual de venda dos produtos e serviços, reduzindo impostos. O veto foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

O texto vetado acrescenta um parágrafo ao artigo 1º da Lei 11.668/2008, que trata da atividade de franquia postal. O objetivo era afastar a possibilidade de tributação dos

franqueados como se suas atividades fossem de intermediação de negócios, com carga tributária mais pesada, inclusive devido a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) pelos municípios.

De acordo com a justificativa do veto, o texto implicaria redução de receita para o governo, e mesmo “sob o prisma tributário, não alcançaria o fim projetado, podendo, ao contrário, gerar novas controvérsias, judicialização do tema e insegurança jurídica”.

Argumentos

Durante a aprovação do PLC no Senado, Cidinho Santos (PR-MT), relator, afirmou que

a receita bruta do serviço postal, própria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), é imune de tributos, conforme artigo 150 da Constituição. Por isso, estaria correta a definição das franquias como auxiliares do serviço postal. Tal interpretação levaria à isenção de tributos sobre as franquias.

O relator destacou que a imposição do tributo provoca aumentos de custos não previstos quando da celebração dos contratos de franquia, o que pode levar ao fechamento das empresas do segmento. Hoje são aproximadamente 1,5 mil franquias, responsáveis por cerca de 25 mil empregos formais e 10 mil informais.

Rose comemora derrubada de veto a lei que redistribui ISS

Rose de Freitas (PMDB-ES) comemorou a derrubada do veto na lei que redistribui o Imposto sobre Serviços (ISS) em sessão do Congresso na terça-feira.

A partir de agora, a cobrança do ISS relativo às transações de cartão de crédito e débito, leasing e plano de saúde, cujo montante é de R\$ 6 bilhões, será feita nos municípios onde moram as pessoas que contratam os serviços, e não onde estão as companhias que os prestam.

— Cerca de 63% das receitas do ISS ficam com pouco mais de 30 municípios e cerca de 100 municípios recebem 78% do montante arrecadado do ISS no país inteiro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário Mota recusa indicação para compor o Conselho de Ética

Telmário Mota (PTB-RR) recusou indicação de seu nome para integrar o Conselho de Ética do Senado. Ele disse que entende a obrigação do Senado de adotar medidas para o resgate da credibilidade, mas não concorda com os nomes escolhidos.

— É lamentável que o Senado, neste momento de fragilidade institucional e de grande descrédito na sociedade com a classe política, resolva nivelar por baixo, compondo justamente a Comissão de Ética com pessoa que está no maior foco, denunciada até o bigode, das maiores gravidades de corrupção deste país. Por isso, retiro o meu nome.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima critica ausência do MEC em debate sobre educação

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou a ausência de representantes do Ministério da Educação em debate realizado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), sobre a importância da educação para o desenvolvimento regional.

Segundo a senadora, os debatedores afirmaram que é necessário haver uma suplementação orçamentária para que as universidades e escolas técnicas continuem funcionando. Caso contrário, poderá haver redução na oferta de vagas e até fechamento de cursos.

Fátima leu ainda uma nota de repúdio lamentando a ausência do Ministério da Educação na audiência pública.

— Como é que o MEC, logo o MEC, fuge do debate?

Paim apoia manifesto de economistas que pede reforma política

Paulo Paim (PT-RS) falou ontem sobre um manifesto do Conselho Federal de Economia que defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita exclusivamente para fazer uma reforma política.

Segundo Paim, o Cofecon tem criticado as reformas propostas pelo presidente Michel Temer, por entender que nenhuma delas ajudará na retomada do crescimento econômico.

— Eu lamento muito que este governo venda a imagem ao país que tudo será resolvido se acontecer a reforma da Previdência e a trabalhista. É mentir de forma desavergonhada ao povo brasileiro dizer que tirar o direito dos aposentados e dos trabalhadores vai resolver a crise.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CPI DA PREVIDÊNCIA Devedores

9h A comissão parlamentar de inquérito promove audiência interativa com a participação de representantes de entidades educacionais devedoras da Previdência.

CRE Embaixador em Bangladesh

9h A Comissão de Relações Exteriores sabatina indicado para a embaixada brasileira em Bangladesh.

CE Ensino de enfermagem a distância

10h30 A Comissão de Educação faz audiência sobre os problemas dos cursos de graduação em enfermagem a distância.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 2/2017, que estabelece os tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

CDH Reformas

14h30 A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência interativa para debater reformas previdenciária e trabalhista, com a participação de representantes das entidades sindicais, associações, confederações e federações dos trabalhadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Plenário aprova fim do foro privilegiado

Parlamentares, ministros, juízes e procuradores estão entre as autoridades que passarão a ser julgadas na Justiça comum, conforme proposta que segue para a Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por unanimidade, a proposta de emenda à Constituição que extingue o foro especial por prerrogativa de função para autoridades, mais conhecido como foro privilegiado. A PEC 10/2013 segue agora para a Câmara, onde deverá passar por dois turnos de votação.

A proposta acaba com o foro privilegiado em caso de crimes comuns para deputados, senadores, ministros de Estado, governadores, ministros de tribunais superiores, desembargadores, embaixadores, comandantes militares, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, procurador-geral da República e membros do Ministério Público e dos Conselhos de Justiça e do Ministério Público.

Dessa forma, todas as autoridades e agentes públicos

hoje beneficiados pelo foro responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum. As únicas exceções são os chefes dos três poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o vice-presidente da República.

As autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabili-

de — aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os crimes contra a probidade na administração e a lei orçamentária.

O texto aprovado manteve dispositivo do artigo 53 da Constituição que prevê que parlamentares não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Em casos

como esses, os autos devem ser remetidos à Casa legislativa respectiva, para que, pelo voto da maioria dos integrantes, resolva sobre a prisão.

Segundo estudo da Consultoria Legislativa do Senado, hoje mais de 54 mil pessoas são beneficiadas por alguma forma de foro privilegiado.

— [Extinguir o foro] é não só um respeito à norma constitucional que impõe que somos todos iguais perante à lei. É em nome da eficiência, da agilidade e, sobretudo, em respeito ao que deseja o povo brasileiro.

Alvaro destacou ainda que o Senado deu “o primeiro passo” e que o tema depende agora da Câmara. Ele disse que os líderes partidários e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, têm a missão de garantir que a PEC tenha resolução rápida e sem alterações na Câmara.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que a aprovação é um grande avanço. Ele observou que a medida, quando aprovada em definitivo, se aplicará imediatamente a todas as autoridades que são alvo de investigações em curso.



Plenário durante análise da PEC: votação foi unânime, com 70 votos favoráveis

Igualdade

O autor da PEC é Alvaro Dias (PV-PR), que classificou o foro privilegiado como um “instituto da impunidade” que ainda persiste na Constituição brasileira. O senador disse também que o foro facilita a prescrição de ações. Ele citou estudo recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra que, entre 2011 e 2016, menos de 1% das ações contra autoridades no Supremo Tribunal Federal (STF) resultou em condenação, e 68% não tiveram conclusão.

Veja como é o foro especial hoje: <http://bit.ly/ForoPrivilegiadoHoje>

Comércio poderá dar desconto em compra feita com dinheiro

Segue para a sanção presidencial projeto aprovado ontem pelo Plenário que permite que comerciantes cobrem dos clientes preços distintos para pagamentos em dinheiro e em cartão de crédito ou débito. O projeto, oriundo da Medida Provisória (MP) 764/2016, obriga o fornecedor a informar,

em local visível ao consumidor, os descontos oferecidos em função do meio e do prazo de pagamento. Se ele não cumprir a determinação, ficará sujeito a multas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Apesar de proibida em lei, a prática já era adotada por muitos comerciantes, que ofe-

reciam descontos para quem pagasse com dinheiro. Com a diferenciação na cobrança, eles buscavam evitar as taxas cobradas pelos cartões e a demora para receber o dinheiro.

A proposta não torna obrigatória a diferenciação de preços, somente oferece ao comércio essa possibilidade.

Para o relator da MP, deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), o estímulo ao pagamento à vista e em dinheiro pode criar uma situação de concorrência que leve as administradoras de cartão a baixar as taxas cobradas do comércio.

Segundo o Executivo, a diferenciação de preços beneficia

empresas e consumidores e estimula a queda no valor médio dos produtos. A medida também evitaria o subsídio cruzado — quando o consumidor que não usa cartão paga o mesmo preço que o consumidor que usa esse sistema, sobre o qual incidem taxas.

Com Agência Câmara

Ampliado prazo de adesão a Programa Seguro-Emprego

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 761/2016, que prorroga o prazo de adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), permite também a redução em até 30% de salários e da jornada de trabalho e ainda a contratação de idosos, estagiários, pessoas com deficiência e ex-presidiários.

O PSE é destinado às empresas em dificuldade econômico-financeira e permite a redução de salários e de jornada de trabalho dos funcionários, com o objetivo de reduzir custos da mão de obra e diminuir demissões.

Aprovada na Câmara dos Deputados, na forma do projeto de lei de conversão do senador Armando Monteiro (PTB-PE), a MP prevê que, se as pessoas forem contratadas durante a vigência da adesão da empresa ao programa, o salário e a jornada devem seguir a redução prevista no acordo coletivo dos trabalhadores. O prazo de adesão ao PSE foi prorrogado de dezembro de 2016 para dezembro de 2017. E sua extinção foi

adiada de 2017 para dezembro de 2018.

A despesa com o PSE é estimada em R\$ 327,3 milhões e R\$ 343,4 milhões em 2017 e 2018, respectivamente. Os cálculos baseiam-se em público de 55 mil cobertos pelo programa e duração média de cinco a seis meses. Além disso, a adesão de novas empresas ao PSE está sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira a ser fixada pelo Executivo. Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o governo pagará até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% (R\$ 1.068) do teto do seguro-desemprego (atualmente R\$ 1.643,72).

As empresas participantes são proibidas de fazer contratações para as mesmas atividades exercidas pelo programa, o que já é previsto na legislação. Mas abre exceções para efetivar estagiários, contratar pessoas com deficiência, idosos e ex-presidiários.

Concessão de benefícios do INSS terá restrições

Receber auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade vai ficar mais difícil para quem deixou de ser segurado do INSS e pretende voltar. O Senado aprovou ontem a MP 767/2017, que aumenta as carências para concessão dos benefícios se a pessoa perder a condição de segurado no Regime-Geral da Previdência Social e retomá-la depois. Como foi aprovada com mudanças, a medida terá de passar pela sanção presidencial.

O texto, aprovado como PLV 8/2017, também cria bônus de R\$ 60 para médicos peritos do INSS por perícia a mais feita.

A oposição criticou a MP por endurecer normas para concessão de benefícios previdenciários. Paulo Paim (PT-RS) destacou as consequências da revogação de aposentadorias por invalidez, como a volta para o emprego e seguinte demissão. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a MP é uma forma de “jogar o ônus da crise nas costas dos trabalhadores”.

Vai à sanção medida sobre isenção de adicional de Marinha

A medida provisória que prorrogou a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante até 8 de janeiro de 2022, foi aprovada ontem pelo Senado.

O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), fez ajustes de redação no texto (MP 762/2016), que foi aprovado na forma de projeto de lei de conversão (PLV 11/2017) e vai à sanção presidencial.

A isenção beneficia o transporte de mercadorias cuja origem ou cujo destino final sejam portos localizados nas Regiões Norte ou Nordeste. A MP prorrogou o prazo final da isenção em cinco anos. Poderão contar com a isenção os empreendimentos implantados, modernizados, ampliados ou diversificados nessas regiões, segundo avaliações técnicas das respectivas superintendências de desenvolvimento (Sudam e Sudene).

A prorrogação não terá impacto fiscal sobre a arrecadação federal porque a lei prevê o repasse do adicional às empresas de navegação, já

que cabe a elas a cobrança e o depósito no Fundo da Marinha Mercante (FMM) para uso na renovação e manutenção da frota.

A medida favorece, sobretudo, o setor de alumínio que é responsável por 19% do total transportado pela cabotagem. Sem a renovação da isenção, o segmento arcaria com aumento de 10% no custo do frete.

Também beneficiárias da MP, as transportadoras de grânéis líquidos (petróleo, gases e derivados) na região Amazônica podem evitar o aumento da ordem de 40% sobre o valor do frete referente à alíquota do tributo.

José Agripino (DEM-RN) destacou a importância da medida para a indústria do sal no Rio Grande do Norte.

Entre os novos objetivos do FMM, a medida incluiu o financiamento da recuperação, da dragagem, da modernização e da expansão ou construção de portos. Hoje, o fundo direciona recursos apenas ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval.

Senadores conhecerão local de chacina no Pará

Comissão de Direitos Humanos também fará uma audiência pública sobre os conflitos agrários, com o objetivo de evitar repetição de crimes como o do mês passado

A CHACINA OCORRIDA numa fazenda no Pará em 24 de maio, em que dez trabalhadores rurais foram mortos por policiais civis e militares, levou ontem a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a programar atividades para evitar que os crimes fiquem impunes e para jogar luzes sobre o aumento dos conflitos de terra no país. A CDH fará uma inspeção na localidade do massacre, no município de Pau d'Arco, e realizará no Senado uma audiência pública para tratar da questão. As datas ainda serão marcadas.

A proposta para a diligência foi da senadora Regina Sousa (PT-PI), que preside a comissão. Foi do senador Paulo Paim (PT-RS) o pedido de audiência, para a qual serão convidados um representante do Ministério da Justiça, autoridades do Pará e organizações que atuam na defesa dos trabalhadores do campo.

— Infelizmente, esse é um tipo de caso que virou notícia corriqueira. Os jornais e as TVs nem estampam como deveriam a crueldade de crimes contra trabalhadores rurais — lamentou Paim.

Os policiais se dirigiram à fazenda que foi palco da chacina

para cumprir um mandado de retomada da área, motivo de disputa entre o proprietário e os trabalhadores. Desde 2015, segundo Paim, 150 famílias estavam acampadas no local. Apesar das alegações dos policiais de que houve confronto, nenhum deles saiu ferido, enquanto dez trabalhadores foram assassinados a bala, entre eles uma mulher.

Paim destacou que outros três trabalhadores já haviam sido mortos no Pará no mês passado. Ele lembrou um episódio anterior de violência no campo, em abril, na zona rural de Colniza (MT), no qual 9 pessoas foram assassinadas e pelo menos 20 saíram feridas.

Armas

A CDH adiou a votação de todos os projetos de lei em pauta, restringindo os trabalhos ao exame de requerimentos e de uma proposta de sugestão popular que acaba com o Estatuto do Desarmamento (SUG 4/2017). A comissão rejeitou a proposta, sugerida pelo cidadão alagoano Anderson Alves, que entrou em pauta depois de receber mais de 20 mil apoios no Portal e-Cidadania. Agora o texto será arquivado, sem se converter em projeto para tramitação regular.



O vice-presidente da comissão, Paulo Paim, e a presidente, Regina Sousa, que querem respostas para crimes no campo

Para o autor da sugestão, a inoperância do sistema de segurança pública justifica assegurar a qualquer cidadão o direito de possuir arma para defender sua vida e patrimônio. Na justificativa, o relator, Paulo Rocha (PT-PA), sustentou que, quanto maior for a circulação de armas, mais elevada será a taxa de homicídios por arma de fogo.

Reforma trabalhista

Na reunião de ontem, foi aprovado um requerimento de Paim para diligências externas com a finalidade de

verificar no local a situação de trabalhadores do campo e da cidade, como forma de subsidiar o debate do projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017).

As visitas serão em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nos seguintes locais: um assentamento quilombola, uma propriedade de agricultura familiar, uma propriedade rural de atividade agroeconômica, uma fundição, um frigorífico e uma

indústria química.

A CDH também decidiu que será parceira de outras comissões na realização do 14º Seminário LGBT do Congresso Nacional, que será realizado no dia 13, na Câmara.

Autora do requerimento, a presidente da CDH, Regina Sousa, justificou que o objetivo é promover o diálogo na sociedade para a promoção dos direitos dos segmentos LGBT e discutir aspectos culturais e modo de vida dessa população. Nesta edição, o seminário destacará a cidadania dos transexuais e transgêneros.

Projeto facilita cumprimento de prazos judiciais

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o PLC 56/2015, que prevê a criação de um sistema de protocolo integrado válido em todo o território nacional, como forma de facilitar o cumprimento de prazos processuais pela Justiça.

O objetivo é facilitar e agilizar o acesso de advogados e cidadãos ao Judiciário, viabilizando o cumprimento de prazos, seja por meio eletrônico, seja por meio físico. A proposta agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto altera a Lei do Fax (Lei 9.800/1999), que garante às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais, e introduz a permissão para a juntada dos originais por meio do protocolo integrado judicial nacional.

O projeto também dá nova redação à Lei do Processo Judicial Eletrônico (Lei 11.419/2006), que trata da informatização do processo judicial, de modo a facultar o encaminhamento, por meio do referido protocolo integrado, dos documentos que, por motivos técnicos, não



Otto, presidente da comissão, e Moka, vice, debatem protocolo judicial nacional

puderem ser digitalizados.

Nos casos em que o ato processual dependa de petição escrita ou da entrega de documentos por meio eletrônico, os originais ou documentos físicos poderão, além de ser entregues em juízo, como já prevê a lei, ser alternativamente encaminhados por meio de um sistema de protocolo integrado judicial nacional.

Lei do Fax

Cristovam Buarque (PPS-DF), que relatou o projeto, ponderou que a Lei do Fax, que marcou o início da utilização das tecnologias da informação e comunicação em atos processuais, vai acabar caindo em desuso diante da massificação do uso da

internet e da popularização dos recursos de assinatura e certificação digitais.

Ele propôs uma emenda ao projeto para permitir a progressiva substituição da sistemática de encaminhamento de petições via fax pelo processo judicial eletrônico.

Cristovam acatou também três emendas apresentadas por Airton Sandoval (PMDB-SP). Uma delas admite a adoção de aplicações da internet na prática de atos processuais. Outra emenda permite que as partes, os advogados, a Defensoria Pública e o Ministério Público tenham acesso à mesma ferramenta digital para a prática de atos processuais.

O parecer foi lido por Waldemir Moka (PMDB-MS).

Ana Amélia pede ao Senado aprovação da proposta que extingue foro privilegiado

Em discurso ontem à tarde, Ana Amélia (PP-RS) pediu pressa aos senadores na votação da proposta que extingue o foro privilegiado. Ela alertou para a possibilidade de o Congresso ser ultrapassado pelo Supremo na discussão.



Para a senadora, deve-se acabar com a impunidade, acobertada pelo foro privilegiado. O maior número de beneficiados pertence ao Judiciário, disse.

A proposta foi aprovada logo depois pelo Plenário.

Lindbergh celebra avanço de PEC que prevê diretas em caso de vacância da Presidência

Lindbergh Farias (PT-RJ) comemorou aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da PEC 67/2016, que prevê eleição direta caso haja vacância do cargo de presidente da República e vice nos primeiros três anos do mandato. Ele, que foi o

relator da proposta, disse que, se for promulgada neste ano, a PEC terá efeitos no caso de a Presidência ficar vaga em 2017.

O senador crê que, caindo Temer e havendo eleição indireta, o problema do país não será resolvido por falta de sintonia entre Congresso e sociedade.

Ângela defende mecanismos que deem mais voz ao cidadão na tomada de decisões

Ângela Portela (PDT-RR) afirmou ontem que é preciso ampliar a democracia direta.

A senadora lembrou que a Constituição traz mecanismos para o cidadão ter mais voz na política, mas são muito "tímidos".



Ela defende uma ampla reforma que privilegie o cidadão na tomada de decisões.

— Imagine o peso de uma iniciativa que barrasse a reforma da Previdência, a trabalhista ou outra que o povo não aprova?

Avança eleição direta se vagar a Presidência

Segue para o Plenário a PEC que amplia o prazo em que os eleitores podem eleger os nomes que completarão o mandato presidencial em caso de vacância dos cargos

DEPOIS DE EMBATE sobre a constitucionalidade de mudanças no texto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que determina a realização de eleição direta para presidente e vice-presidente da República, em caso de vacância dos cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial. A PEC 67/2016, de Reguffe (sem partido-DF), agora segue para o Plenário do Senado, onde será votada em dois turnos.

Instantes antes da votação, o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), resolveu abrir mão do seu substitutivo. Uma das mudanças defendidas pelo relator levou Ricardo Ferraço (PSDB-ES) a apresentar voto em separado (relatório alternativo) pela derrubada do substitutivo e resgate do texto original da PEC 67. Ao fim da discussão, houve convergência no entendimento para aprovar a PEC nos termos propostos por Reguffe.

Anualidade

Ferraço considerou “flagrantemente inconstitucional” dispositivo inserido no substitutivo, que daria vigência



Lindbergh abriu mão do seu substitutivo, que defendia vigência imediata das novas regras, diante da arguição de inconstitucionalidade levantada por Ferraço

imediate às novas regras. Isso eliminaria a incidência do artigo 16 da Constituição, que determina que “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”.

Para ele, o princípio da anualidade eleitoral tem que ser respeitado e o STF já firmou jurisprudência sobre a questão.

— Nós podemos muito, mas não podemos tudo — resumiu.

A defesa da anualidade foi endossada pelos senadores Roberto Rocha (PSB-MA), Simone Tebet (PMDB-MS)

e Eduardo Lopes (PRB-RJ). Favoráveis às eleições diretas, eles apontaram o risco de haver duas eleições para presidente da República no mesmo ano.

Vigência imediata

No substitutivo, Lindbergh sustentou que a vigência imediata “é necessária para fazer frente à grave situação político-institucional pela qual passa o país neste momento. Entendemos que o chamamento ao real detentor do poder, que é o povo, é imprescindível num contexto de absoluta crise de representação como a que vivemos



Fotos: Paulo Fontes/Agência Senado

atualmente no Brasil”.

A defesa de “diretas já” para presidente da República foi levantada pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Jorge Viana (PT-AC) e contou com o apoio de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Roberto Requião (PMDB-PR) e João Capiberibe (PSB-AP).

Eleição indireta

A PEC 67/2016 trata não só de ampliar de dois para três anos o prazo para realização de eleição direta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância dos cargos.

Ela também resguarda a possibilidade de eleição indireta, mas só admite esse recurso caso os cargos fiquem vagos no último ano do mandato presidencial.

Atualmente, a Constituição só admite eleição direta para suprir a vacância desses dois cargos se isso ocorrer nos dois primeiros anos de mandato.

Se eles ficarem vagos nos dois últimos anos do mandato presidencial, o texto constitucional determina a convocação de eleição indireta, em 30 dias, para que o Congresso Nacional escolha os novos nomes que deverão concluir o mandato em curso.

Criação de polícias penais passa na Comissão de Constituição e Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta para criação das polícias penais federal, estaduais e distrital, atribuindo aos agentes penitenciários os direitos inerentes à carreira policial. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2016 segue para análise do Plenário.

A PEC, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina, como competência dessas novas instâncias, a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. Além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, o objetivo da mudança é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

O relator na CCJ, Hélio José (PMDB-DF), apresentou substitutivo com algumas alterações, como a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Para ele, a expressão anterior limitaria o alcance a uma das espécies de unidade prisional, as penitenciárias, e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

O substitutivo também vincula cada polícia penal ao respectivo órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencerem e estabelece que as polícias penais serão formadas pelos atuais agentes penitenciários e por novos servidores admitidos por concurso público.

Maior segurança

Na defesa da aprovação da PEC, Eduardo Braga (PMDB-AM) ressaltou a necessidade de o Estado se responsabilizar pela segurança no interior de presídios e cadeias públicas, já que a tentativa de terceirização dessa atividade se mostrou falha.

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou que os agentes penitenciários vivem um limbo, ficando à mercê da boa vontade dos governos. Quando se trata de discutir reajuste salarial, eles não são considerados da área de segurança pública, Mas se tentam fazer uma paralisação, lembrou ela, são enquadrados como policiais e impedidos de se manifestar.

Na avaliação de Ronaldo Caiado (DEM-GO), essa mudança para uma hierarquia superior talvez possa trazer maior controle das cadeias e penitenciárias.

Exame criminológico para reduzir pena é aprovado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei de Lasier Martins (PDT-RS) que restabelece a exigência de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico para a progressão da pena. A proposta (PLS 499/2015) recebeu parecer favorável do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO). Agora irá para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário.

O projeto altera a Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal - LEP) e a Lei 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) para aumentar os prazos para a progressão de regime: mínimo de dois terços da pena para crimes comuns e quatro quintos para crimes hediondos e reincidentes.

Na avaliação de Lasier, o fim da exigência de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico feriu o princípio da individualização da pena, tornando desnecessária análise criteriosa do mérito e do comportamento do condenado para redução do tempo de encarceramento.

O relator concordou com o argumento e defendeu o aumento dos prazos para o preso ter direito à progressão.

— Nada mais fomentador do crime do que a atual legislação. Vários criminosos, principalmente pedófilos, são reincidentes, mas continuam circulando pelo país porque não tem exame criminológico.

Apesar das alterações já realizadas na LEP e na Lei

de Crimes Hediondos para dificultar a progressão do regime, Caiado avalia que os patamares hoje fixados são “irrisórios” para promover a justa punição por crimes graves, como homicídio qualificado, latrocínio (roubo seguido de morte) e estupro.

O líder da Minoria, Humberto Costa (PT-PE), votou contra.

— Temos que acabar com a obsessão pelo encarceramento. O país tem a quarta maior população carcerária do mundo e não há redução da criminalidade. O valor desse exame criminológico é baixo. O Conselho Federal de Psicologia não o considera confiável e definitivo para traçar a personalidade [do acusado]— argumentou Humberto.

Criminalização de incentivo à automutilação é adiada

O projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que torna crime o incentivo ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente foi adiado. A relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Ana Amélia (PP-RS), concordou com as observações apresentadas na reunião de ontem e reconheceu a necessidade de aprimorar o texto, que prevê punição

de seis meses a até seis anos de prisão aos envolvidos, caso a lesão se consuma.

Lídice da Mata (PSB-BA) ponderou que o texto como está redigido levará à condenação não apenas de adultos, mas também de crianças e adolescentes que induzirem outras a se automutilarem. Simone Tebet (PMDB-MS) manifestou opinião semelhante,

defendendo a necessidade de texto mais específico.

Ana Amélia ressaltou que o objetivo é a proteção das crianças e não o contrário. O PLS 664/2015 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e o surgimento de denúncias sobre automutilação e suicídio envolvendo o jogo virtual Baleia Azul tornou urgente a votação da proposta, disse ela.

Aprovadas novas regras para regularizar terras

Projeto trata da ocupação de áreas da União na Amazônia Legal e cria mecanismos para legalizar núcleos urbanos irregulares, como o direito de laje nas favelas. Texto segue para sanção presidencial

O PLENÁRIO APROVOU ontem, por 47 votos a 12, medida provisória (MP) que estabelece regras para regularizar terras da União ocupadas na Amazônia Legal e disciplina novos procedimentos para regularização fundiária urbana. O texto vai à sanção presidencial.

A MP 759/2016, que revoga regras da Lei 11.977/2009, foi aprovada como o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/2017, apresentado pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR). A proposta torna possível regularizar áreas contínuas maiores que um módulo fiscal e até 2,5 mil hectares. O módulo fiscal é uma unidade de medida de terras que varia de 5 a 110 hectares dependendo do município onde se localiza.

Pelo projeto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fará uma pauta de valores de terra nua com base nos valores da reforma agrária. O preço final a pagar será de 10% a 50% desses valores. Áreas acima de 2,5 mil hectares também poderão ser regularizadas parcialmente até esse limite.

Na hipótese de pagamento à vista, haverá desconto de 20%, e a quitação poderá ocorrer em até 180 dias da entrega do título.

Fora da Amazônia Legal, a medida permite a venda com dispensa de licitação para ocupantes de terras rurais da União e do Incra, inclusive remanescentes de colonizações oficiais em data anterior a 10 de outubro de 1985. Iguais regras para venda direta poderão ser aplicadas ainda às áreas urbanas e rurais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), dentro ou não da Amazônia Legal.

Direito de laje

No caso da regularização fundiária urbana (Reurb), a MP cria o conceito de núcleo urbano informal, que são os clandestinos, irregulares ou

aqueles onde não foi possível fazer a titulação.

O texto cria duas modalidades de regularização: o Reurb-S, para a população de baixa renda, e o Reurb-E, para a de renda maior. No Reurb-S, o poder público poderá emitir um título global para todas as propriedades envolvidas. Esse mecanismo (legitimação fundiária) será usado somente para núcleos consolidados.

Se o núcleo estiver em área de preservação permanente, unidade de conservação de uso sustentável ou área de proteção de mananciais, a regularização levará em conta o Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Para as favelas, onde as construções precárias são erguidas sobre outras devido à falta de espaço, o projeto cria o direito de laje, definido como a coexistência de unidades imobiliárias autônomas de titulares distintos em uma mesma área. Pelo texto, haverá a possibilidade de outra residência abaixo da construção-base e um segundo andar até o limite de altura no município.

Minha Casa

O texto aprovado exige o pagamento antecipado de toda a dívida imobiliária de beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida se eles atrasarem mais de 90 dias prestações, encargos, tributos e condomínios. O total a pagar incluirá a subvenção dada pelo governo para baixar o valor da parcela.

Após o atraso, o mutuário deverá ser notificado pessoalmente em três ocasiões ou por edital, para que pague a dívida total em 15 dias, sob pena de perder o imóvel. A venda por contrato de gaveta e o uso do imóvel para finalidade diversa de moradia também implicará o vencimento antecipado da dívida.

A MP da regularização fundiária também trata, entre ou-

tras questões, da concessão de direito real de uso onerosa, que não transfere a propriedade da terra ao posseiro, mas concede um direito real sobre ela por certo período de tempo.

Exclusivamente para pessoas físicas estrangeiras, o texto permite a venda, sem autorização do presidente da República, de terrenos com até mil metros quadrados situados dentro da faixa de 100 metros ao longo da costa marítima.

Quanto aos imóveis funcionais da União, excluídos os considerados indispensáveis ao serviço público, os ocupantes regulares poderão comprá-los com direito de preferência em condições de igualdade com o vencedor de licitação. A venda poderá ser parcelada com sinal de 10%.

Debate

A MP recebeu apoio maciço da base governista e críticas da oposição.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que a norma é um “presente para os ruralistas” e Jorge Viana (PT-AC) afirmou que a medida vai facilitar a vida dos grileiros e promover a reconcentração de terras no país.

Humberto Costa (PT-PE), Lindbergh Farias (PT-RJ), João Capiberibe (PSB-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Regina Sousa (PT-PI) e Reguffe (sem partido-DF) também discursaram contra o PLV.

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que mais de 60 mil produtores rurais serão beneficiados em Rondônia, enquanto Hélio José (PMDB-DF) afirmou que o mesmo acontecerá com mais de 1 milhão de brasileiros.

Eduardo Braga (PMDB-AM), Ivo Cassol (PP-RO), José Medeiros (PSD-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS), Rose de Freitas (PMDB-ES), Cidinho Santos (PR-MT), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Magno Malta (PR-ES) falaram em favor do texto.

(Com Agência Câmara)



Ivo Cassol (3º à esq.) preside debate sobre gestão de riscos agropecuários

Para especialistas, seguro rural não deve sofrer contingenciamento

Resolver o problema do fluxo irregular de recursos para o seguro rural é um dos principais méritos do projeto que trata da Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários, na opinião dos especialistas que participaram de audiência, ontem, na Comissão de Agricultura (CRA). O projeto (PLS 4/2017) foi elaborado pelo colegiado em 2016, após a análise da política pública do seguro rural.

Um dos pontos da proposta estabelece que as despesas com a subvenção de gestão de riscos na área rural serão incluídas nas dotações orçamentárias das operações oficiais de crédito, sob supervisão do Ministério da Fazenda. Essa dotação, segundo Wellington Fagundes (PR-MT), relator do texto, não costuma passar por contingenciamentos frequentes.

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) apontou a insegurança causada pela baixa execução dos recursos previstos nos planos trienais. Assim, os agentes operadores do programa não teriam base para projetar seus planos de negócio em relação aos produtos de seguro rural.

Segundo o secretário de Controle Externo da Agricultura do TCU, Junnius Arifa, o órgão observa que o fluxo de recursos para o pagamento de subvenção para os operadores tem sido irregular, com constantes contingenciamentos.

O coordenador-geral do Seguro da Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Carlos Zukowski, diz

acreditar que um dos problemas do seguro no Brasil não é a legislação, e sim a falta de recursos para a subvenção.

O diretor do Departamento de Gestão de Riscos do Ministério da Agricultura, Vitor Ozaki, concorda. Hoje, segundo o diretor, o orçamento do seguro rural faz parte das despesas não obrigatórias do ministério, o que leva a cortes.

— Um ponto forte nesse projeto é dar a estabilidade orçamentária para gerenciarmos os programas de gestão de risco rural — afirmou.

Iniciativa privada

O projeto institui o Programa de Seguro Rural Público, com cobertura básica e contratação obrigatória, e o Programa de Seguro Rural Privado, com cobertura ampliada e contratação não compulsória, para cobrir riscos excedentes não amparados pelo primeiro. O governo poderá submeter o seguro público a um programa de resseguro via consórcio.

Para o diretor do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural do Banco Central, José Angelo Mazzillo Junior, qualquer solução adotada tem que transferir o risco para a iniciativa privada. Ele citou a participação do banco no Conselho Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários.

Para o economista Pedro Loyola, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a lei deveria ser mais genérica e deixar alguns pontos para a regulamentação.

Wellington Fagundes lembrou que o projeto ficará em consulta pública até o dia 30 de junho em <http://bit.ly/PLS4de2017>.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MP altera regras de promoção para carreiras militares distritais. A antiguidade passa a ser um dos critérios para ingresso de praças nos cursos de formação de oficiais

Aprovada medida sobre PMs e bombeiros do DF

O PLENÁRIO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2017, proveniente da Medida Provisória (MP) 760/2016, que inclui a antiguidade entre os critérios de seleção de praças que concorrerão a vagas nos quadros de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. O texto vai à sanção presidencial.

A MP, que perderia a vigência hoje, muda as regras para a promoção de policiais e bombeiros militares do DF ao

quadro de oficiais das corporações. Pelo texto, o ingresso de praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) nos cursos de formação de oficiais das forças será feito também pelo critério de antiguidade.

Pela proposta aprovada, as vagas nos cursos de formação serão preenchidas na proporção de 50% por antiguidade e 50% por aprovação em processo seletivo. A aprovação nos cursos de formação permite aos praças integrar o quadro de oficiais do DF, do qual fazem parte tenentes, capitães,

majores e coronéis.

Os senadores aprovaram requerimento apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que retirou do texto da MP dispositivo que previa anistia a servidores punidos ou demitidos do Corpo de Bombeiros do DF.

Paulo Rocha (PT-PA) e Hélio José (PMDB-DF) disseram ser favoráveis à anistia, por entender que ela faria justiça a bombeiros que se sentiam perseguidos ou injustiçados. Rose de Freitas (PMDB-ES), por sua vez, com apoio de Jucá,

comprometeu-se a apresentar projeto de anistia para que possa contemplar bombeiros e PMs do DF e do Espírito Santo.

Pela legislação atual, o ingresso no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos na Polícia Militar e no Curso Preparatório de Oficiais no Corpo de Bombeiros Militar depende de aprovação em processo seletivo interno dentro do número de vagas.

A lei atual exige que o candidato à promoção possua diploma de curso superior e

esteja há pelo menos 18 anos no serviço policial militar.

No caso dos policiais militares, o texto reduz o tempo mínimo de serviço militar para 15 anos e revoga a exigência de que o candidato tenha pelo menos 51 anos de idade. O Senado manteve a emenda aprovada na Câmara que determina que um novo curso de formação de oficiais não será realizado até que sejam promovidos, exclusivamente pelo critério de antiguidade, os praças que já possuam curso de habilitação de oficiais.

Comissão acata nome para a Instituição Fiscal Independente

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem a indicação de Rodrigo Octávio Orair para o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). A aprovação ocorreu após sabatina na comissão. A indicação segue ao Plenário, com requerimento de urgência aprovado pela comissão.

Orair é graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em teoria econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O indicado é especialista em macroeconomia e política fiscal e autor de estudos sobre finanças públicas. É servidor de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde 2009.

Em sua exposição, Orair afirmou que há uma nova geração de instituições fiscais independentes se proliferando ao redor do mundo e que a motivação para isso veio da necessidade, pós-crise econômica de 2008, de os países se recuperarem e alcançarem um bom resultado fiscal no médio e longo prazo.

— As novas IFIs começam a vir para trazer um pouco de credibilidade ao regime. Dado que ele é muito comple-



O economista Rodrigo Orair alertou para a gravidade da crise fiscal que o país atravessa

to, ao invés de o próprio governo fazer uma avaliação das metas, eu crio uma instituição independente que vai fazer esse trabalho de acompanhamento, de projeções fiscais, de olhar mais para o médio prazo — afirmou.

Questionado por Regina Sousa (PT-PI) sobre uma solução para a crise do país, o indicado afirmou que o desafio é conseguir uma consolidação fiscal no médio prazo sem colocar em risco políticas públicas e programas sociais.

— A crise fiscal no Brasil é muito grave, menos pelo nível de endividamento, mas pela dinâmica da dívida pública, que é de crescimento mais acelerado nos próximos anos. E o dilema que a gente tem é como perseguir consolidação fiscal de médio prazo sem colocar em risco políticas públicas, a prestação de serviços sociais e algumas molas de crescimento econômico — afirmou.

Cristovam Buarque (PPS-DF) questionou Orair sobre se escolher errado as prioridades por parte do governo poderia também se classificar como corrupção. Orair disse que um dos papéis da IFI é qualificar o debate público e funcionar como balanço e contrabalanço aos Poderes.

— Você subverte o processo decisório e decide construir um projeto inviável economicamente com outros objetivos. Isso ficaria mais difícil se você tivesse uma instituição fiscal fazendo projeções de custo de longo prazo e projeções de viabilidade desse projeto — afirmou.

Criada em 2016, a IFI é um órgão do Senado com a finalidade de divulgar estimativas para cenários fiscais e orçamentários, além de analisar e mensurar eventos e variáveis fiscais do país.

Colegiado autoriza Política de Gestão e Proteção do Pantanal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei do Senado (PLS 750/2011) que cria a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal, situado em áreas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O substitutivo do senador Cidinho Santos (PR-MT) à proposta do senador licenciado Blairo Maggi visa reduzir impactos ao meio ambiente e proteger a fauna e a flora da planície alagável do Rio Paraguai. O substitutivo acaba com vedações do texto original a um conjunto de atividades produtivas e intervenções no Pantanal. Derruba, por exemplo, a proibição de atividades agrícolas que não sejam as de subsistência e a pecuária extensiva, implantação de assentamentos rurais em áreas do Pantanal, além de atividades de médio e alto grau de poluição.

As exclusões feitas pelo relator não liberam automaticamente as atividades, condicionando-as às regras do zoneamento ecológico-econômico (ZEE). A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Humberto: situação política só será resolvida com diretas

Humberto Costa (PT-PE) pediu providências diante do que chamou de “deterioração” da situação do presidente Michel Temer, que, para ele, só será resolvida com eleição direta. O senador chamou a atenção para as irregularidades no primeiro escalão do governo, o desemprego e a impopularidade do chefe do Executivo.

Para ele, o governo se sustenta porque o PSDB quer de forma indireta a Presidência.

— De um lado, [o PSDB] joga para a população dizendo que vai sair se as coisas piorarem; de outro, pressiona o governo com ameaças enquanto recebe vantagens em troca de apoio.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier denuncia enfraquecimento da Operação Lava Jato

Lasier Martins (PSD-RS) criticou a redução de R\$ 29 milhões para R\$ 20 milhões o orçamento destinado à Lava Jato e a declaração do novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, que disse não saber se manterá a atual diretoria da Polícia Federal.

Para ele, esses fatos indicam uma tentativa de enfraquecimento da Polícia Federal no combate à corrupção, especialmente agora, quando as investigações chegam diretamente ao presidente Michel Temer.

— O ideal seria que esses órgãos tivessem autonomia total para suas ações. Seria uma polícia de Estado e não uma polícia de governo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Jorge Viana critica papel do PSDB na crise política

Jorge Viana (PT-AC) disse que o cenário político atual é “um feitiço que virou contra o feiticeiro”, explicando que o impeachment de Dilma Rousseff foi um atalho da oposição para assumir o governo.

Ele disse que é provável que o Tribunal Superior Eleitoral se manifeste a favor da ação que cassa a chapa Dilma-Temer, na terça-feira, acrescentando que, se isso acontecer, o PSDB deverá se explicar à nação por ter entrado com o processo.

— Quem pediu este julgamento? Quem sustenta o governo? O PSDB. Qual será a posição do PSDB caso o voto venha pela cassação da chapa?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Armando relata ação para mitigar efeito das chuvas em PE

Armando Monteiro (PTB-PE) voltou a lamentar as enchentes que atingem municípios de Pernambuco e de Alagoas. Segundo ele, em Pernambuco há 55 mil desalojados e foram registradas 4 mortes. Em Alagoas, são 24 mil desabrigados e 7 mortes.

O senador informou que a bancada de Pernambuco reuniu-se ontem na busca de socorro à população afetada.

Armando acrescentou que foram propostas providências em três frentes: emergenciais e assistenciais; reconstrução de equipamentos públicos; e as que visam obras, tais como as de barragens de contenção de rios e açudes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Amorim: solução da crise exige aumento da produtividade

A atual crise brasileira não começou agora, disse Eduardo Amorim (PSDB-SE). O senador afirmou estar “com a cabeça tranquila” por não ter votado nem em Dilma nem em Temer.

Amorim questionou os motivos de uma recuperação econômica visível não conseguir reverter a insatisfação popular com o governo. Para ele, o aumento do desemprego pode ser um dos motivos. O senador citou o caminho para retomar o crescimento.

— A solução econômica é o aumento da produtividade, com suspensão da queda vertiginosa do emprego. E, claro, taxas de juros mais civilizadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Baixo orçamento preocupa universidades

Reitores de universidades públicas e institutos federais de educação ouvidos em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional relatam situação financeira difícil

CORTES NO ORÇAMENTO e execução insuficiente prejudicam universidades e institutos federais. Se a situação não mudar, 2018 poderá ser ainda pior. Foi o que afirmaram os reitores que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Representantes de universidades e institutos federais relataram que as dificuldades financeiras são resultado da demora nos repasses do Ministério da Educação e do corte de 6,64% no orçamento de 2017 que, aliada à não correção pela inflação, representa cerca de 20% a menos de recursos para as instituições de ensino superior.

Como a emenda do teto de gastos fixou o orçamento de 2017 como paradigma para o próximo ano, em 2018 não haverá incremento de recursos, somente correção da inflação

do período, como destacou presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Roberto Brandão, reitor do Instituto Fedral do Maranhão:

— Nós vamos ter uma dificuldade muito grande porque, mesmo em 2018, 2019 e 2020, qualquer que sejam os anos subsequentes, estaremos limitados ao executado em 2017, que está muito baixo.

Prazo fatal

Para a presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Ângela Maria Paiva Cruz, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, se não houver o repasse de recursos suplementares ainda neste ano, o efeito da emenda do teto de gastos pode ser fatal para alguns cursos e para os



Fátima Bezerra (C), presidente do colegiado, informou que enviará as reivindicações ao Ministério da Educação

campi do interior do país.

— Poderemos suspender cursos e vagas se não houver suplementação do orçamento do segundo semestre para o funcionamento de muitos campi e universidades.

Providências

A presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), afir-

mou que o colegiado enviará ao Ministério da Educação as reivindicações apresentadas durante o debate e cobrará providências.

— Deste documento constará um resumo das principais dificuldades que as escolas técnicas e universidades federais estão enfrentando neste momento, bem como

as principais reivindicações dos senhores e das senhoras.

O Ministério da Educação havia confirmado presença, mas não enviou representante para a audiência pública. Ângela Portela (PDT-RR) propôs e a comissão aprovou moção de repúdio pela ausência do ministério na audiência.

Vai a Plenário texto que proíbe canis de sacrificar cães e gatos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto de autoria do deputado Ricardo Izar (PP-SP) que proíbe a eliminação de cães e gatos por órgãos de controle de zoonoses, canis e estabelecimentos similares (PLC 17/2017). A proposta segue para a análise do Plenário do Senado.

Pelo projeto, que teve relatório do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), fica expressamente proibida pela lei a eliminação desses animais, salvo em casos específicos.

Nestes casos, a eutanásia só poderá ser praticada em casos doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que possam colocar em risco a saúde humana e a de outros animais.

Sacrificar os animais só será permitido a partir de um laudo do responsável técnico pelos órgãos de controle ou dos canis, precedido, se for o caso, de exame laboratorial.

Além disso, ressalvados os casos de doença infectocontagiosa incurável,

que caracterizem risco à saúde pública, os animais poderão ser resgatados por entidades de proteção animal. Nos casos de animais recomendados para a eutanásia, essas entidades deverão ter acesso irrestrito a toda a documentação que comprove a legalidade dos procedimentos.

A proposta submete à Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) os estabelecimentos que a descumprirem.

— Nosso objetivo é o bem-estar dos animais e também a proteção à saúde das pessoas. Os estados precisam adotar um controle mais refinado de cães e gatos sem donos, estruturando seus serviços de saúde, vigilância sanitária e controle de zoonoses, adotando assim práticas menos brutais do que simplesmente matá-los — afirmou Randolfe durante a votação da proposta.

Em caso de aprovação pelo Congresso e posterior sanção presidencial, a lei deverá entrar em vigor 120 após sua publicação pelo *Diário Oficial da União*.

Aposentadoria não deve extinguir contrato de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para explicitar que a concessão da aposentadoria a pedido do trabalhador não rescinde o contrato de trabalho ao qual ele estiver submetido no momento (PLC 137/2015). O projeto será agora analisado no Plenário.

O relatório aprovado foi elaborado por José Pimentel (PT-CE) e lido por Maria do Carmo Alves (DEM-SE). No texto, Pimentel esclarece que o objetivo é adequar a CLT ao que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006, a partir de uma ação direta de inconstituição

movida por PT, PDT e PCdoB contra artigo incluído na CLT em 1997.

O propósito desses partidos, naquela ocasião, era derrubar a interpretação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de que o trabalhador aposentado, mesmo que continuasse a trabalhar na empresa, não teria mais direito à multa de 40% do FGTS referente ao período anterior à aposentadoria.

“Não concordamos com essa interpretação e o STF acatou esse mesmo entendimento, de que exigir a ruptura do contrato de trabalho fere a nossa Carta Magna”, afirma Pimentel no relatório.

Licença ambiental deverá avaliar impactos sociais, prevê proposta

A avaliação dos impactos visando à concessão de licença para realizar obra potencialmente causadora de degradação ambiental deverá tratar da saúde, da segurança e do bem-estar da população afetada, assim como da economia e da vida social da região. É o que determina projeto (PLS 217/2012) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta, de Lídice da Mata (PSB-BA), foi relatada por Ana Amélia (PP-RS), que observou que a definição de “impacto ambiental” usada já inclui as alterações que afetam “a saúde, segurança e bem-estar da população”. Para a senadora, no entanto, o viés social ainda não foi suficientemente ponderado no licenciamento ambiental vigente.

— Por isso, concordo com o mérito

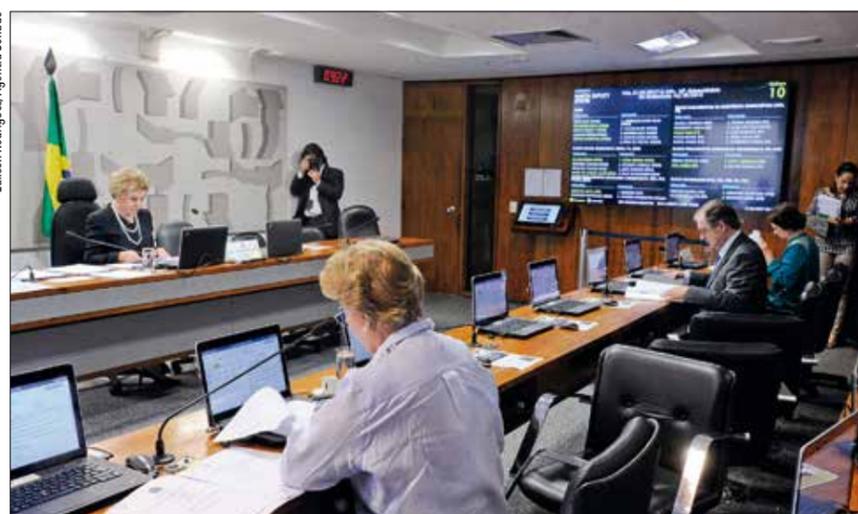
da proposta, que fique claro na lei a obrigatoriedade das análises de todos esses aspectos de teor social nos estudos de impacto ambiental.

O projeto segue para a análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Medicina

Também por solicitação de Ana Amélia foi aprovada pela comissão a realização de uma audiência pública para debater a intercambialidade entre medicamentos biológicos e biossimilares.

Serão convidados a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, a Associação Médica Brasileira e a Bioed Brasil, rede de associações de pacientes. A data da audiência ainda será definida.



A comissão, presidida por Marta (E), decidiu por um maior controle sobre a eutanásia em animais